



# Carta do Piauí

Em agosto de 2022, em meio as comemorações dos 15 anos da Lei do Planejamento Participativo, aconteceu o **Seminário Piauí: Planejamento e Desenvolvimento Territorial**, cujo objetivo foi discutir o futuro do desenvolvimento do Estado do Piauí diante da crise socioeconômica, dos grandes desafios para a inclusão socioprodutiva e enfrentamento à pobreza à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS. Na oportunidade, reuniram-se representantes de setores governamentais, da sociedade civil organizada, iniciativa privada, pesquisadores, estudantes e cidadãos e cidadãs, nos dias 23, 24 e 25 de agosto de 2022 no Gran Hotel Arrey, em Teresina-Piauí.

As discussões ensejadas durante o evento dão fundamento as propostas apresentadas nesta Carta de Intenções, visando apontar premissas importantes para o fortalecimento da participação social no desenvolvimento territorial sustentável do Piauí.

O contexto de pandemia acelerou e aprofundou tendências de vulnerabilidades socioeconômicas e mudanças nas formas de trabalho e consumo, fragilizando também a capacidade de respostas dos governos às demandas provenientes da sociedade. Com a melhoria das condições sanitárias, este seminário foi idealizado buscando oportunizar um espaço amplo de discussões e debates em torno de temáticas voltadas para o novo cenário que se apresenta, considerando a realidade dos territórios de desenvolvimento no Piauí.

Os diversos setores da sociedade piauiense e de outras unidades da federação que participaram do Seminário, motivados pelos conteúdos e abordagens apresentadas no decorrer do evento compartilha à sociedade piauiense e brasileira um conjunto de contribuições que brotaram dos ricos debates das palestras e mesas redondas do encontro.

O Nordeste do Brasil e, em particular, o Estado do Piauí se encontram na periferia do desenvolvimento nacional e internacional, passando por processos de desindustrialização e estagnação econômica e, ao mesmo tempo, cumprindo papel agroexportador diante a agenda econômica mundial.

Por outro lado, observa-se no estado um grande potencial de ativos ambientais que colocam o Piauí como um território de grandes possibilidades de dinamização econômica, inclusão social e conservação ambiental. Diante do cenário de pandemia, foi necessário (re)pensar o modelo de desenvolvimento vigente pautado nas commodities, na especulação financeira e no atendimento a agendas globais de crescimento econômico que concentram renda, excluem pessoas, desmontam territórios e degradam o meio ambiente.

Definir o modelo de desenvolvimento do estado do Piauí tem sido o trabalho de diversas organizações públicas, privadas e científicas nas últimas duas décadas, seja do ponto de vista do poder público, seja da sociedade civil. A definição de estratégias e a implementação de ações alinhadas com a Agenda 2030 é um caminho possível na busca por justiça e inclusão social,

igualdade e dinamização econômica balizado no uso sustentável dos recursos naturais e compromisso com as gerações futuras.

O Seminário Piauí: Planejamento e Desenvolvimento Territorial trouxe para a agenda do dia temas como: o Piauí e o Nordeste no Cenário Global e o Desenvolvimento Regional, a reflexão sobre Desenvolvimento Territorial à Luz dos ODS, os desafios no pós-pandemia e a discussão sobre Territórios e sustentabilidade.

Ao mesmo tempo, as 08 (oito) mesas temáticas nos trouxeram elementos para discussão com temas que perpassaram pelos ciclos de desenvolvimento e as trajetórias de planejamento do Estado do Piauí até a identificação dos vetores fundamentais para o desenvolvimento econômico, sempre dialogando com diferentes setores e considerando o território como o ponto de partida da concepção de políticas públicas e a sua população como foco da sua implementação. Assim, considera-se todo o conhecimento produzido por e para o(s) território(s) como instrumento que inclui socioeconomicamente as populações, reduz conflitos e transforma a realidade.

Desta forma,

Considerando a necessidade de (re)discutir os rumos do desenvolvimento do Estado do Piauí no contexto da pós-pandemia;

Considerando a necessidade de dinamizar a economia dos territórios e mediar conflitos inerentes aos empreendimentos instalados e em instalação;

Considerando que o Estado do Piauí possui grande potencial em ativos ambientais, mas que os mesmos precisam ser conservados e/ou utilizados de forma sustentável;

Considerando que o território é o foco da ação governamental e nele estão contidos pessoas, seus conhecimentos, suas identidades culturais e suas riquezas ambientais;

Considerando principalmente a urgência em retomar o crescimento, enfrentar as desigualdades, conservar o meio-ambiente e fortalecer a democracia como os grandes temas de nossa geração, precisamos urgentemente retomar o que vinha dando certo e foi interrompido, mas principalmente, reinventar o futuro e as formas de construí-lo.

Diante do exposto, propomos:

- **Fortalecer a política de planejamento e desenvolvimento territorial como base para uma nova estratégia de desenvolvimento para o estado, e não apenas uma unidade de alocação de recursos governamentais ou foco de compensações;**
- **Coordenar áreas de governo e a pluralidade de forças sociais do Piauí em torno de metas e de uma estratégia de desenvolvimento sustentável – evitar a fragmentação e fortalecer as estratégias construídas no Plano ODS-Piauí (em fase de conclusão);**
- **Identificar onde é preciso esforços concentrados e coordenados** para acelerar o cumprimento de metas, a execução das ações, fortalecendo **a importância dos projetos territoriais;**
- **Fortalecer os arranjos produtivos, definidos a partir das potencialidades identificadas nos territórios para que se tornem robustos e duradouros, consolidando a economia dos segmentos vinculados à agricultura familiar, as dinâmicas de inclusão social e produtiva e economia solidária, com ações que vão além das infraestruturas isoladas,**

**mas que combinem projetos territoriais de crédito, infraestrutura, ATER e acesso aos mercados;**

- **Promover e implementar estratégias de interiorização dos fluxos de renda**, mapeando o consumo da população para evitar a “exportação das rendas” que circulam com aposentadorias, políticas sociais e transferências, produzindo localmente parte da cesta de consumo;
- **Desenhar e implementar uma nova geração de políticas públicas para atender as demandas de uma maneira inovadora, coerente com os novos tempos, tendo os ODS como elemento norteador;**
- Desenhar melhores condicionalidades para acessar os incentivos fiscais, de modo a comprometer o setor privado com práticas inclusivas e de preservação e conservação ambiental, iniciando um ciclo econômico **baseado na valorização do patrimônio sócio-bio-cultural**, considerando a Biodiversidade e a Cultura como infraestruturas e oportunidades de geração de renda nos territórios;
- Criar estratégia de financiamento do desenvolvimento territorial para mitigação de impactos socioeconômicos advindos das crises econômica e sanitária, de modo a promover a aceleração dos ODS, organizando melhor os fundos disponíveis em torno de projetos estratégicos e não somente de demandas pulverizadas;
- Promover a **Gestão Antecipada de Conflitos**, ampliando as ações de Regularização fundiária prévia em áreas de expansão de investimentos, com elaboração de projetos socioeconômicos para as populações vulneráveis em áreas de expansão;
- Reforçar e ampliar as estruturas de **acompanhamento e monitoramento, criando** salas de situação (ou similares) como forma de engajar setor privado, a sociedade civil e coordenar áreas de governo, **monitorando os resultados, produzindo as evidências, avaliando as experiências, e assim** embasar as decisões tendo como base o conhecimento acumulado da realidade específica de cada território;
- **Definir, a partir dos 12 territórios**, cidades que possam ser reforçadas como plataforma de equipamentos e serviços, numa estratégia de ampliar ações de desenvolvimento sustentável e descentralização do acesso à serviços públicos e privados;
- **Criar e implementar uma estratégia baseada na “economia dos cuidados”** – a exemplo dos Agentes Comunitários de saúde, ampliando a experiência para outras áreas como Assistência Técnica, Educação, Segurança, entre outras;
- **Atuar conectando saberes**, valorizando o conhecimento local e prático, articulando-o ao conhecimento técnico e científico e ao conhecimento dos gestores e da administração pública, implantando nos Territórios Núcleos de Pesquisa e Saberes;
- **Ampliar e aprimorar os mecanismos de escuta e decisão** – para além das reuniões e planos, engajar a pluralidade de atores em uma pluralidade de espaços adaptados a cada segmento e seus interesses;
- **Promover, a partir do Plano ODS - Piauí, uma proposta de retomada da articulação para o crescimento, sendo o mesmo uma oportunidade** para inaugurar uma nova etapa de planejamento e desenvolvimento capaz de conectar os interesses da sociedade, do governo e do setor privado.













